

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

**Segurança da Informação
(Cybersecurity)**

1. Perfil do curso

Segundo o MEC/INEP, em Pernambuco 88% das matrículas do ensino médio são provenientes da rede pública e 12% de instituições privadas. Do total de matrículas em 2012, 19,02% das matrículas de todo o Estado de Pernambuco foram realizadas em Recife. Avaliando o ensino superior, especificamente no ano de 2011, 79,1% dos ingressos na graduação estavam em instituições privadas, 13,1% nas federais, 6,2% nas estaduais e 1,5% nas municipais. Com esses dados é possível observar uma inversão. Onde normalmente alunos que estudaram no ensino médio particular estão em universidades federais e o restante da população precisa recorrer ao ensino privado.

Tomando como referência o ano de 2012, o PIB de Pernambuco participou com 2,5% do nacional, com a seguinte distribuição setorial: Serviços (73,2%), Indústria (22,0%), e Agropecuária (4,7%). Um dos fatores que contribui para esses índices são os investimentos estruturadores, como a Refinaria, o Estaleiro, o Polo Automotivo e o Porto Digital.

Segundo dados disponibilizados pelo Governo do Estado, em doze anos, o Porto Digital já criou 6.500 postos de trabalho, atraindo 10 empresas de outras regiões do País e 4 multinacionais, abrigando, ainda, 4 centros de tecnologia. Em 2010 as empresas ancoradas no Porto Digital tiveram um faturamento de R\$1bilhão.

Indo ainda além e alinhando com seu plano piloto, o Porto Digital começa a dar indícios do início de uma segunda etapa e expansão e evolução. Além de ocupar a área conhecida como ilha do Recife antigo, o Porto digital expandiu sua área para além da ilha e tem contado com empresas especializadas em temas e áreas relevantes a evolução do mercado. Entre essas empresas podemos citar o CESAR, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, e a ACCENTURE solutions que juntos possuem cerca de 2000 profissionais, atuando em vários projetos de diferentes ramos.

Também podemos destacar a Tempest Security, expoente nacional em tecnologias para Segurança da Informação, a tempest recebeu recentemente, em Abril de 2016 um aporte de R\$ 28,2 milhões de reais para evoluir ainda mais sua área de pesquisa e inovação.

Seja atuando no CESAR ou na ACCENTURE em projetos que envolvam diferentes tecnologias ou na Tempest atuando como analista de segurança, temas relacionados a Segurança da Informação (ou Cyber Security) tem se mostrado na vanguarda da necessidade das empresas de Tecnologia do País e do mundo, nesse âmbito a Faculdade Boa Viagem pleiteia a autorização de um curso novo, e único na região, que explore todas as áreas relacionadas a segurança da informação.

O curso contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Além disso, o PDI destaca, no contexto das Atividades Complementares (Programa de Experiências -

PEX), a existência de atividades relacionadas às relações étnico-raciais, atividades ligadas à história e à cultura afro-brasileira e indígena, atividades relacionadas à educação ambiental e atividades relacionadas aos direitos humanos.

2. Atividades do curso

As atividades complementares são fundamentais para a aderência à formação geral e a construção do perfil do egresso, e se inserem no Projeto Pedagógico do Curso como incentivadoras à aprendizagem ativa e ao ensino baseado em competências. Embora de caráter flexível quanto à forma de integralização, o cumprimento de sua carga horária é obrigatório para a conclusão do curso.

Considerando a relevância das atividades complementares na formação do aluno, a Centro Universitário FBV Wyden conta com o Programa de Experiências – PEX, inspirado no pensador americano John Dewey. Para Dewey, a educação não deve ser baseada apenas na estrutura de ensino tradicional, que normalmente consiste em aulas expositivas, com tempo e local já estipulados. Faz-se necessário, para garantir um melhor aprendizado, que o aluno participe de atividades que lhe acrescentem maior significado.

As atividades complementares constam da matriz curricular do curso, em componente curricular obrigatório intitulado PEX – Programa de Experiências, cuja carga horária conta para a integralização da carga horária do curso.

Essas atividades consistem em:

- Visitas técnicas;
- Projetos de pesquisa;
- Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PICT;
- Monitoria;
- Palestras, seminários, congressos;
- Oficinas;
- Minicursos;
- Atividades ou cursos de extensão;
- Participação em atividades voluntárias de assistência à população;
- Disciplinas extracurriculares, oferecidas a outros cursos ou por outra instituição de ensino superior;
- Estágios extracurriculares;
- Trabalhos interdisciplinares;
- Atividades relacionadas a questões Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Atividades relacionadas a Políticas de Educação Ambiental;

- Atividades relacionadas aos Direitos Humanos.

As atividades são realizadas sob a orientação de um professor e englobam, em suma, tudo que fuja à rotina da sala de aula.

No início de cada período letivo, a programação do PEX – contendo as atividades e carga horária correspondente para efeito de integralização curricular – é divulgada para que os alunos possam se programar e escolher aquelas de seu interesse.

A programação é elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, em colaboração com os professores, e soma, no mínimo, o triplo do que os alunos têm de integralizar, em média, em cada período letivo. Garante-se assim uma ampla diversidade de atividades, possibilitando o atendimento aos interesses individuais dos alunos.

Como a quantidade de horas de atividades oferecidas ao longo do curso é de, no mínimo, o triplo da carga horária obrigatória prevista no componente curricular, os alunos podem optar por integralizar uma carga horária muito superior ao mínimo exigido na matriz. Isso permite que eles integralizem o curso com diferentes cargas horárias e perfis profissionais enriquecidos de forma flexível.

Dessa forma, as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, bem como mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

O PEX está institucionalizado por meio da Norma 004: Regulamento do PEX – Programa de Experiências.

Por ter seu corpo docente formado por profissionais com ampla experiência no mercado de trabalho, as atividades complementares ofertadas tendem a estar em alinhamento com as tendências e demandas atuais do mercado de Tecnologia. Dentro estas, podemos elencar a Semana de Tecnologia, evento anual que traz temas relacionados ao estado da arte de tecnologia, Treinamento de SCRUM com certificação ofertado sem custo pelo Porto Digital para os alunos da UniDevry, Treinamento de Android Profissional ofertado sem custos pelo Porto Digital e o Treinamento de Java avançado ofertado por profissionais do CESAR. Junto a estes, também podemos destacar as atividades de domínio público como a Campus Party e demais eventos de tecnologia no estado e no Brasil.

3. Perfil do egresso

Diante das necessidades profissionais e sociais nacionais, conforme a concepção e os objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança da Informação e com base no Projeto de Desenvolvimento Institucional, fundamentados nas Diretrizes Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia (Resolução CNE/CP N°3, de 18/12/02) e no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2016), serão desenvolvidas competências que habilitarão o egresso a:

- Estruturar e modelar problemas reais com algoritmos e com linguagens de programação estruturada e orientada a objetos;
- Analisar e fazer uso de princípios matemáticos e estatísticos para controle de sistemas e geração de relatórios especializados;
- Trabalhar em equipe, promovendo integração, liderança e planejamento de ações pertinentes a suas atividades e carreira, bem como conhecer os impactos de suas ações para a sociedade;
- Implantar, documentar e manter ambientes computacionais em funcionamento, controlando e monitorando todo o ambiente de apoio aos Centros de Informática e aos Centros de Processamento de Dados, devendo, para isso, estar apto a instalar, configurar e manter redes de computadores, configurar equipamentos como servidores e estações de trabalho, administrar gerenciadores de bancos de dados, zelando pela segurança desses sistemas;
- Gerenciar projetos na área de tecnologia e segurança da informação de acordo com as boas práticas e os padrões nacionais e internacionais;
- Aplicar os princípios de segurança nos diversos campos dos serviços que usam sistemas de informações empresariais, visando assegurar a integridade dos dados de indivíduos e organizações;
- Diagnosticar problemas e riscos de segurança da informação visando tomar as medidas para mitigá-los;
- Executar projetos e dimensionamento de redes de informações, avaliando as condições necessárias para a garantia da segurança da informação;
- Treinar e conscientizar usuários a fim de que as políticas de segurança e privacidade sejam seguidas de forma consciente e responsável;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, compreendendo e articulando as peculiaridades étnico-raciais de nossa sociedade, respeitando os direitos humanos;
- Atuar de forma consciente para a preservação do meio ambiente em seus projetos e atividades, considerando o fator sustentabilidade em todas as etapas e contribuir na implementação de políticas de preservação ambiental.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

4. Forma de acesso ao curso

O acesso dos alunos ao Curso é realizado através das seguintes modalidades.

Processo Seletivo

Aplica-se a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Neste caso, os candidatos submetem-se a um exame, contendo questões de diferentes áreas do saber, observando a complexidade do ensino médio, bem como temas da atualidade nacional e internacional. A partir das notas obtidas, os candidatos são classificados em ordem decrescente de desempenho e convocados para a efetivação da matrícula até o preenchimento das vagas. Havendo vagas ociosas, os candidatos habilitados serão, sequencialmente, convocados.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

A Instituição reserva parte das vagas oferecidas para ingresso em seus cursos a candidatos que tenham participado do Enem e alcançado média igual ou superior a 50% do total de pontos.

Graduados

Aplica-se a candidatos portadores de diploma de curso de graduação, dispensando-o do processo seletivo. Neste caso, o candidato deve protocolar o pedido de matrícula e, havendo vagas disponíveis, é feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Transferências

Aplica-se a estudantes que já estejam matriculados em cursos de graduação de outra instituição. Neste caso, o estudante deve protocolar o pedido de transferência e, havendo vagas disponíveis, é procedido o processo seletivo e feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Aplica-se a egressos do ensino médio que tenham se inscrito no Programa. A seleção é feita pelo Governo Federal a partir da nota do Enem dentre aqueles que preencham os requisitos sociais. Os candidatos pré-selecionados pelo Programa apresentam à Instituição os documentos comprobatórios, exigidos pelo Ministério da Educação.

Vagas remanescentes

Se ao final do processo seletivo não houver preenchimento de todas as vagas oferecidas, a Instituição poderá admitir candidatos que tenham participado do Enem e obtido desempenho maior

ou igual a 50% do total de pontos.

5. Representação gráfica de um perfil de formação

A Matriz Curricular do Curso é estruturada em 5 (cinco) módulos, a saber:

Humanidades: discutir sobre as relações étnico-raciais e indígenas, os direitos humanos, a inserção no mercado desde o empreender até ser um líder e as relações tecnológicas com o meio ambiente e a educação ambiental, embasadas sob as competências de: gerenciar equipes de trabalho; vislumbrar oportunidades e formular planos para empreender novas ações, negócios e sistemas.

Raciocínio Lógico e Matemático: demonstrar uma forma de pensar aliada ao contexto profissional, com as competências: desenvolver programas para realizar operações de rotina e automatizar processos; elaborar e manter documentação atualizada; conhecer as boas práticas das tecnologias em uso para resolver problemas e melhorar processos.

Infraestrutura Tecnológica: manter parques de TI operacionais, estáveis e seguros; instalar, configurar e administrar redes de computadores e sistemas gerenciadores de bancos de dados.

Segurança de Sistemas de Informação: atuar de forma a testar, configurar e acompanhar a segurança tanto ambientes de redes, como de ambientes computacionais que utilizem um fluxo de dados, no sentido de desenvolver métodos criptográficos, gerenciar incidentes, conscientizar usuários, controle de acesso tanto físico como lógico dentre outros.

Segurança Digital: configurar e gerenciar de dispositivos de redes tais como switches e roteadores, gerenciar sistemas computacionais ou tecnológicos, focando na integridade dos seguintes aspectos: Políticas institucionais, Normas e Procedimentos de segurança, Auditoria, Questões Legais, Continuidade de Negócios, Gerenciamento de Incidentes, Segurança da Rede, Conscientização dos Usuários, dentre outros.

Módulo de Atividades: contempla Atividades Complementares (Programa de Experiências–PEX) e a disciplina de Libras, optativa para o aluno, mas de oferta obrigatória pela Instituição.

Os conteúdos programáticos e as bibliografias são atuais e estão plenamente adequados às disciplinas teórico/práticas, bem como dão suporte à pesquisa realizada por discentes e docentes, além de assegurar o desenvolvimento das competências previstas no Perfil do Egresso.

Na abordagem dos conteúdos curriculares os docentes são capacitados, através do Programa Mandacaru, acerca da educação inclusiva, com o objetivo de estarem preparados para adaptar suas

práticas pedagógicas para alunos portadores de necessidades especiais.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

6. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, e buscam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. Estão previstos mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Superior da UniFBV Wyden, tanto para os cursos presenciais quanto a distância.

As avaliações de aprendizagem têm por objetivo acompanhar o processo de construção do conhecimento, a compreensão e o desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas referentes às competências (conteúdos, habilidades e atitudes) gerais e específicas exigidas para o exercício profissional, desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

A sistemática institucional para a avaliação da aprendizagem considera a participação do estudante na construção do próprio saber e nas atividades acadêmicas programadas para as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, parte do Projeto Pedagógico do Curso e o domínio dos conteúdos de natureza técnico-científica e instrumental, bem como acompanhar e aferir o desenvolvimento das habilidades e atitudes demonstradas em cada componente curricular, principalmente, o desempenho nos trabalhos e atividades realizados individualmente ou em grupo, provas e testes (orais ou escritos), visitas técnicas, debates, dinâmicas de grupo, seminários, oficinas, preleções, pesquisas, resolução de exercícios, arguições, trabalhos práticos, excursões e estágios, inclusive os realizados fora da sala de aula e da sede da Instituição.

A depender das características da disciplina, os professores, ao elaborarem os cronogramas de atividades, parte integrante dos Planos de Ensino, definem as ferramentas e os critérios de avaliação da aprendizagem que serão adotados, com vistas a atender às diferenças individuais dos educandos, orientando-os ao aperfeiçoamento do processo da aprendizagem. O sistema de avaliação da aprendizagem está institucionalizado no Regimento Institucional e seu funcionamento

está normatizado na Norma 06.

Considerando o disposto no referido instrumento legal, a avaliação do desempenho acadêmico do estudante é realizada por disciplina, abrangendo os aspectos de aproveitamento e frequência. O aproveitamento é expresso por uma nota de eficiência que é a média ponderada das avaliações realizadas no período letivo. Respeitado o limite mínimo de frequência de 75% da carga horária do componente curricular, será considerado aprovado o aluno que obtiver média de eficiência igual ou superior a 5 (cinco), em uma escala que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

A critério dos Dirigentes, por proposta do professor ou grupo de professores que ministram uma disciplina, ouvido o Coordenador do Curso, poderá ser adotado um regime especial de avaliação da aprendizagem considerado mais adequado.

Os critérios de verificação de desempenho no Trabalho de Conclusão do Curso e no Estágio Curricular Supervisionado, quando couber, constam de regulamentos próprios (normas 02 e 03, respectivamente), aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

Alunos com necessidades especiais, quando necessário, podem ser assistidos por equipes da CASA, para que realizem seus processos avaliativos em consonância com suas características e particularidades.

7. Sistema de avaliação do projeto do curso

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e a existência de um processo estruturado e institucionalizado de autoavaliação do curso.

O processo de avaliação do Curso de Segurança da Informação (Cybersecurity) da Centro Universitário FBV Wyden é desenvolvido pela Coordenação Geral de Graduação e Coordenação de Curso, em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no que couber. Os procedimentos de avaliação têm por objetivos acompanhar continuamente o planejamento estratégico expresso no PDI e no PPC, com vistas à melhoria da qualidade, sob vários aspectos, tais como a execução do planejamento acadêmico, a gestão acadêmico-administrativa, as condições de infraestrutura oferecidas (laboratórios, salas de aula, biblioteca, áreas de conveniência, os serviços de atendimento ao aluno, etc.), corpos docente e técnico-administrativo.

Semestralmente, mediante questionários elaborados especialmente para este fim, o corpo social avalia como segue:

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DISCENTE

Os alunos, ao final do semestre, avaliam os principais processos desenvolvidos com relação ao desempenho dos professores, da Coordenação do Curso e da Direção da Instituição, disciplinas ofertadas, atividades acadêmicas realizadas pela Instituição, o processo de avaliação da aprendizagem, infraestrutura física, serviços de apoio, etc.. Busca-se aferir o nível de satisfação do alunado com o Curso e com a Instituição.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DOCENTE

Os professores, ao final de cada semestre, avaliam em formulário próprio, o plano de ensino da disciplina sob sua responsabilidade, atingimento de seus objetivos, cumprimento do cronograma de atividades e dos conteúdos programáticos propostos, qualidade do material didático utilizado, bibliografia disponível na biblioteca (livros, periódicos, acervo em multimídia), infraestrutura física e equipamentos, apoio institucional para realização das atividades acadêmicas, desempenho da turma, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Do mesmo modo que os professores, os técnicos envolvidos com os laboratórios de ensino avaliam as condições de oferta das aulas práticas quanto a equipamentos, material de consumo, dimensionamento de turmas, adequação dos experimentos, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO COORDENADOR DO CURSO

Anualmente, a partir das avaliações semestrais acima previstas e das experiências vivenciadas, o Coordenador do Curso é responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação do Curso, que será encaminhado aos Dirigentes, apontando as ações a serem desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade acadêmica do Curso e o aumento do grau de satisfação dos alunos, professores e colaboradores, com o Curso e com a Instituição.

Os resultados do processo de autoavaliação geram relatórios consubstanciados, apontando as potencialidades e fragilidades do Curso, bem como propondo implementação de ações para a melhoria das atividades acadêmicas, infraestrutura, etc., que serão encaminhadas aos dirigentes da Instituição para as devidas providências. Os resultados, no que diz respeito ao PPC, são encaminhados para o NDE, que como Comissão responsável pelo acompanhamento, gestão e atualização do PPC, os analisa encaminhando ao Colegiado do Curso propostas de ações com vistas à melhoria da qualidade acadêmica e da infraestrutura institucional.

Também, são divulgados e discutidos junto ao corpo social do Curso, alunos, professores e técnico-

administrativos, mediante a realização de seminários, via e-mail, reunião com grupos focais, etc., dando-se amplo conhecimento à comunidade.

AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os relatórios obtidos a partir das visitas in loco dos atos regulatórios do Curso subsidiam importantes informações para reduzir fragilidades e otimizar as potencialidades. Adicionalmente, os relatórios relativos ao Curso, perante o exame nacional de desempenho dos estudantes – Enade, apontam relevantes informações da performance acadêmica. Estas informações são analisadas, cuidadosamente, pelo Núcleo Docente Estruturante, que delimita pontos de atenção ou reestruturações perante o Projeto Pedagógico do Curso, com exposição e aprovação pelo Colegiado do Curso e, subsequente, apresentação a Coordenação Geral de Graduação e Diretoria para providências.

8. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia não estabelecem como obrigatória a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, a Instituição optou por não incluí-lo nos Projetos Pedagógicos dessa modalidade de curso.

9. Estágio curricular

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia não estabelecem como obrigatória a realização do Estágio Curricular, a Instituição optou por não incluí-lo nos Projetos Pedagógicos dessa modalidade de curso.

Documento de uso exclusivo da Centro Universitário FBV Wyden. Proibida sua reprodução em todo ou em partes. Todos os direitos reservados.